

RECURSO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 000454 AO CODEMA.

Ao CODEMA.

**Identificação geral:**

**Autuada:** Neiva Nunes Brandão.

**CPF.:** 276 380 656 – 20

**Auto de infração:** Nº. 000454

**Endereço correspondência:** Praça Honorato Borges, 35 Centro Patrocínio MG.

RECEBI 10/01/19

*[Assinatura]*  
Secretaria de Meio Ambiente

**RECURSO:**

Como a defesa apresentada à SEMMA foi rejeitada e **NEGADO PROVIMENTO** por aquele órgão, estou recorrendo ao CODEMA para solicitar revisão daquela decisão que julgo injusta, desproporcional e desprovida de ponderação.

Acrescento inicialmente a falta da presença de no mínimo duas testemunhas que presenciaram a ocorrência para respaldar a aplicação do auto de infração, como é exigido pela legislação vigente. Tal falha torna o auto sem efeito.

Complementando a defesa, esclareço que na justificativa do advogado supervisor, Mateus Brandão, é citada a decisão de inadmissibilidade referindo ao dano ambiental causado pela construção de uma “HDRELETRICA”. Trata-se de uma comparação um tanto descabida, já que estamos falando de um pequeno incêndio **involuntário** ocorrido em um pequeno lote cercado e onde foram tomadas todas as providências protetivas com a finalidade de eliminar os riscos de danos a terceiros.

Os “danos ambientais” citados se resumiram a uma fumaça exalada em um período de no máximo uma hora para o alto, fumaça esta que foi rapidamente diluída no ar sem nenhum risco de intoxicação ou sequer uma tosse que fosse de algum vizinho mais próximo.

Como cidadã patrocínense, fico entristecida com esta política que vem vigorando em nossa cidade de arrecadar através de multas injustificadas, aplicadas sempre sob a alegação de denúncia, baseadas em legislações hipócritas, isentando-se assim o poder público da responsabilidade por suas aplicações. Quem de nós pode alegar que pode proteger todos os itens de seu patrimônio de uma eventual ocorrência de um incêndio involuntário, uma descarga de lixo por terceiros em nossas propriedades ou mesmo outro tipo de acidente que venha a ocorrer. Será que ao constatar a ocorrência de descarga de lixo ou entulhos nas áreas públicas, como se constata constantemente, os cidadãos poderão multar os órgãos municipais responsáveis? É muito cômodo ao órgão público multar e arrecadar baseado em leis. Será que para agir assim não deveria também ser tão rigoroso com suas obrigações legais como exige que a população seja?

Exige-se construção de passeios e limpeza nos lotes, mas não faz passeios nem limpa as áreas de suas responsabilidades. Nas áreas de reserva legal e mesmo em vias públicas pode-se observar ocorrência de descartes de lixo por longos períodos sem

*[Assinatura]*

qualquer providência por parte dos órgãos responsáveis. Será que as áreas de sua responsabilidade, o poder público vigia noite e dia para que não ocorram incêndios, ou pelo menos que tome a iniciativa que tomamos para minimizar seus efeitos.

Creio que o poder público deve zelar pelos direitos dos cidadãos e protegê-los dos danos ambientais provocados **intencionalmente** por terceiros, da mesma forma que deve cuidar do patrimônio e dos bens públicos geridos por eles. Nem os cidadãos devem exigir milagres do poder público, nem o poder público deve exigir milagres dos cidadãos.

Assim, venho solicitar a este conselho que reavalie a decisão da SEMMA, que gera uma multa desproporcional de R\$ 950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos), a meu ver injusta.

Assim, diante do exposto, reitero o pedido de revisão desta decisão pelo CODEMA, acatando a justificativa apresentada e dando provimento ao recurso impetrado.

Patrocínio, 27 de dezembro de 2018.



---

Neiva Nunes Brandão